

# **RELAÇÃO CIDADE-CAMPO: desafios e perspectivas<sup>1</sup>**

## **RELATION CITY-FIELD: challenges and perspectives**

**Flávia Aparecida Vieira de Araújo**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Bolsista CNPq Brasil  
Universidade Federal de Uberlândia  
flaviaraujogeo@yahoo.com.br

**Beatriz Ribeiro Soares**

Professora Doutora do Instituto de Geografia  
Tutora do Grupo PET Geografia  
Universidade Federal de Uberlândia  
brsoares@ufu.br

### **Resumo**

O objetivo deste artigo é mostrar a complexidade que os estudiosos da relação cidade-campo precisam enfrentar na realização de suas pesquisas. Assim, foi feito um levantamento dos principais autores que abordam essa temática, mostrando as diferentes linhas de abordagem. Buscamos demonstrar também que a contraposição urbano-rural vai muito além da diferenciação entre cidade e campo e que esses espaços não podem ser identificados como dicotômicos, já que a modernização da sociedade engendrou profundas transformações em ambos, estreitando e intensificando as relações estabelecidas entre eles. Nesse sentido, ressaltamos a necessidade de que o urbano e o rural precisam ser encarados como espacialidades interdependentes e complementares, as quais se mesclam, formando um híbrido que complexifica ainda mais a análise.

**Palavras-chave:** Cidade. Campo. Urbano. Rural. Relação cidade-campo.

### **Abstract**

The main goal of this paper is to show the complexity of the city-field relationship and the researches involving this subject. Thus was made one search of the main authors of this thematic showing the different ways to get this subject. We tried also to demonstrate that the contradiction between the urban and the agricultural area goes beyond of the differentiation between city and field and that this two areas can not be identified like two opposite places, once that the society modernization applied deep transformations in both intensifying the relation between them. In this sense, we reinforce the necessity that these two areas need to be faced like interdependent and complementary, making a hybrid that gets more complex to be analyzed.

**Keywords:** City. Field. Urban. Agricultural Area. Relation City-Field.

## Introdução

A relação cidade-campo<sup>2</sup> é uma temática complexa, polêmica, instigante e muito relevante na ciência geográfica, uma vez que a distinção e delimitação entre a cidade e o campo tornaram-se uma tarefa mais difícil a partir da acentuação das articulações entre esses espaços. As inúmeras transformações socioespaciais observadas no campo e na cidade são advindas da internacionalização do capital, que engendrou mudanças substanciais na economia brasileira, podendo-se destacar a maior integração socioeconômica entre as regiões do país. A diversificação dos serviços, impulsionada por uma infra-estrutura de transportes e comunicações mais moderna e dinâmica nas cidades e a modernização do campo, que mesmo não tendo ocorrido de forma homogênea, reestruturou-o, intensificaram os fluxos entre esses espaços. Esses fluxos foram possibilitados pela maior presença da técnica e da ciência no processo produtivo e, conseqüentemente, nas relações que a cidade e o campo estabelecem. Essas relações precisam ser encaradas a partir da superação das visões tradicionalmente associadas ao campo e à cidade, que ora são reconhecidos pela oposição e distinção, de maneira dicotômica e ora são relacionados a uma subordinação, na qual a cidade avança pelo campo, suprimindo suas especificidades e homogeneizando-o, sendo essa homogeneização marcada pela contigüidade espacial e também social que constituiria um *continuum* rural-urbano.

No Brasil, a vertente do *continuum* é compartilhada por alguns autores, que segundo Rua (2005) defendem a idéia de “urbanização do rural”. Podemos citar como principais representantes dessa corrente de pensamento Milton Santos, Octávio Ianni e José Graziano da Silva.

É necessário considerar que essa visão dos autores que consideram o desenvolvimento rural como sinônimo do processo de “urbanização do campo”, utilizando-a para justificar a corrente do *continuum* rural-urbano pode ser dividida em duas vertentes analíticas principais, conforme nos aponta Rua (2005). O autor nos esclarece que a primeira vertente corresponde a uma visão “urbano-centrada”, na qual o pólo urbano do *continuum* é privilegiado e representa a fonte de progresso e dos valores dominantes que são impostos à sociedade. O pólo rural é visto como atrasado,

apresentando a tendência de redução e desaparecimento frente à avassaladora influência do pólo urbano.

De forma contrária, a segunda vertente considera que a aproximação e integração entre os dois pólos são resultantes do *continuum* rural-urbano. A perspectiva é de que, apesar das semelhanças entre os dois extremos e a continuidade entre o rural e o urbano serem ressaltadas nessa abordagem, considera-se que as particularidades, tanto do campo quanto da cidade, não são destruídas na relação que estabelecem, não representando, portanto, o fim do rural. O *continuum* se delinea entre o pólo urbano e o pólo rural, que apresentam distinções, as quais intensificam o processo constante de mudança que ocorre nas relações que são estabelecidas entre eles. Como adeptos dessa abordagem que enfatiza o rural, por meio da idéia de “novas ruralidades”, podemos destacar os estudos de Maria José Carneiro, Roberto José Moreira, José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay, Sérgio Schneider e Maria de Nazareth Baudel Wanderley (RUA, 2005, p. 51).

Nessa perspectiva, o reconhecimento do rural deve basear-se na concepção de que ele não pode ser definido por oposição, mas em sua relação com as cidades, devendo-se atentar sempre para a manutenção de suas especificidades. A ênfase às particularidades e singularidades que marcam tanto o rural quanto o urbano é realizada nos estudos de RUA, ao tentar uma visão mais integradora a partir de uma abordagem mais territorial, ou seja, a partir das territorialidades em que o urbano e o rural se mesclam. Segundo RUA (2005), a identidade do rural contemporâneo pode ser apreendida a partir da consideração de uma série de “mistos”, já que o rural de hoje não é mais o rural “pleno” de algumas décadas atrás. A incorporação de “urbanidades”, entendidas como a manifestação de elementos urbanos no campo, produz uma interação que dá lugar a territorialidades ímpares, que restam ser definidas e mais importante, serem compreendidas.

Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é mostrar a complexidade que os estudiosos da relação cidade-campo precisam enfrentar na realização de suas pesquisas. Por meio de uma revisão bibliográfica, foi feito um levantamento dos principais autores que abordam essa temática, mostrando as diferentes linhas de abordagem. O objetivo dessa discussão foi mostrar que a contraposição urbano-rural vai muito além da diferenciação entre cidade e campo e que esses espaços não podem ser identificados

como dicotômicos, já que a modernização da sociedade engendrou profundas transformações nestes dois espaços, estreitando e intensificando as relações estabelecidas entre eles. Nesse sentido, ressaltamos a necessidade de que o urbano e o rural precisam ser encarados como espacialidades interdependentes e complementares, as quais se mesclam, formando um híbrido que complexifica ainda mais a análise.

### **A divisão do trabalho como determinante para a contraposição cidade-campo**

O estudo da relação cidade-campo remete-nos à indispensável compreensão de que a contraposição entre esses dois espaços teve origem na Antigüidade, quando se emergiram condições sociais que possibilitaram a produção de excedente alimentar por parte dos povos primitivos, que a partir daí passaram a se dedicar a outras atividades que não a caça e a pesca, predominantes até então. Isso originou uma divisão do trabalho, tanto em termos materiais quanto intelectuais, a qual levou ao surgimento das primeiras cidades e, conseqüentemente, impulsionou o processo de urbanização. Ao campo cabia a função de produção agrícola que pudesse abastecer o crescente contingente populacional das cidades, enquanto que a essas foram determinadas as funções administrativas, políticas, militares e relativas à elaboração de conhecimento.

Lefebvre (1976) considera que a divisão entre campo e cidade pode ser melhor compreendida por meio de uma periodização entre as eras agrária, industrial e urbana. O autor afirma que na era agrária essa divisão baseava-se, predominantemente, na divisão do trabalho, em que as cidades poderiam ser consideradas como obras nas quais o valor de uso e dos costumes prevalecia sobre o valor da troca. Na era industrial há uma generalização da troca e do comércio, a qual contribui para a supressão do valor dos costumes, sendo que o solo transforma-se em uma mercadoria e o valor de troca sobrepõe-se ao valor de uso. Já a era urbana assiste a uma dissolução das relações sociais que passam a ser cada vez mais mediadas pelas relações de propriedade.

No entanto, a existência do campo e da cidade e das relações mútuas entre eles não foi e nem deve ser negada nessa periodização, já que esses espaços apenas assumiram papéis e conteúdos diferenciados ao longo do processo histórico, os quais só podem ser reconhecidos e compreendidos a partir da divisão social e territorial do

trabalho. Endlich (2006, p. 11) corrobora com essa afirmação, ao afirmar que: “só é possível o reconhecimento da diferença e o exercício de reflexão sobre o rural e o urbano em decorrência da divisão do trabalho”.

Considerando a importância da divisão do trabalho na análise acerca do rural e do urbano, poderíamos afirmar que a formação do campo e da cidade é decorrente da divisão territorial do trabalho, uma vez que foi a partir desta que esses espaços puderam ser separados, assumindo formas e funções diferenciadas. Apesar da diferenciação, devemos reconhecer que eles estão articulados em uma relação de complementaridade e que, juntos, constituem uma totalidade. Sposito (2006, p. 116) discute essa questão, ao afirmar que: “não há diferenciação social sem a divisão social e territorial do trabalho e a divisão territorial do trabalho mais elementar é a que se estabelece entre a cidade e o campo. Na divisão do trabalho há divisão, separação, mas há também complementaridade”.

Dessa forma, na caracterização do rural e do urbano, devemos considerar que é necessário atentar às condições socioespaciais peculiares ao período histórico de análise, ou seja, a uma contextualização que valorize os elementos espaciais e temporais. Essa afirmação é melhor compreendida nas palavras de Endlich (2006, p.13), quando afirma que

o debate sobre o que caracteriza o rural e o urbano percorre a história e inclui elementos que oscilam no decorrer da mesma. As considerações teóricas alteram-se conforme as dimensões espaço-temporais, por isso deve-se considerar o período histórico.

Podemos perceber, então, que a separação e distinção entre campo e cidade foram, tradicionalmente, pautadas no critério econômico, uma vez que ao primeiro e a sua respectiva categoria de rural foram associados a atividade agrícola, o isolamento, a dispersão e o atraso, enquanto que à cidade e a sua respectiva categoria de urbano, contraditoriamente, foram associadas as atividades comerciais, industriais e de serviços, a aglomeração e a modernidade.

Essa consideração é realizada por Marx e Engels (1998, p. 55), ao escreverem que “a cidade constitui o espaço da concentração, da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, ao passo que o campo evidencia o oposto, o isolamento, e a dispersão”. As análises realizadas nas primeiras obras de Marx, também verificadas no trabalho de seus seguidores, apresentam uma visão

urbanocêntrica, na qual a cidade possui primazia em relação ao campo, corroborando para uma imagem retrógrada que o constitui como sendo o oposto da cidade. Podemos perceber que essa visão de desigualdade em que o rural representa o espaço periférico, atrasado e dominado pelo urbano, considerado o espaço central e dominante, possui certa predominância nos dias de hoje.

Entendemos que essa prática se constitui um equívoco, uma vez que a atividade econômica não pode ser o único critério de associação na tentativa de se definir o rural e o urbano, por serem categorias muito amplas e complexas. Isso é melhor compreendido nas palavras de Endlich (2006, p. 17) ao afirmar que: “[...] associar o rural e o urbano, ou o campo e a cidade a uma determinada atividade econômica torna-se cada vez mais controverso”.

Dessa forma, concordamos com Lefebvre (1978), segundo o qual o aspecto funcional não pode ser o único critério na diferenciação entre as concepções de rural e de urbano, pois se torna necessário considerar o conteúdo socioespacial que marca cada espacialidade.

Nesse sentido, apesar de reconhecermos que o estudo da relação entre campo e cidade é mais complexo do que a simples distinção entre essas duas espacialidades, dada a interdependência e complementaridade presentes na relação que estabelecem, consideramos necessário apresentar a diferenciação existente entre o campo e a cidade e, conseqüentemente, entre o rural e o urbano.

O campo e a cidade poderiam ser identificados como uma realidade material, enquanto que as respectivas categorias rural e urbano a eles associadas correspondem a uma realidade social produzida nesses espaços. Em outras palavras, poderíamos afirmar que são os sujeitos, definidos ora como rurais ora como urbanos, que imprimem significados aos espaços em que vivem, dotando-os de elementos que possibilitam a identificação e distinção entre o mundo rural e urbano. Santos (1993) considera cidade e campo como formas no espaço e defende que urbano e rural evidenciarão o conteúdo social de tais formas.

Assim, entendemos que na definição de rural e urbano há a necessidade de se considerar as dimensões sociais e culturais de cada espacialidade, uma vez que são elas que engendram um significado às relações estabelecidas nos espaços que são

relacionados à sua respectiva categoria (campo/rural e cidade/urbano). Isso fica claro nas palavras de Lefebvre (1991, p. 49), pois para o autor,

[...] a cidade pode ser lida como uma morfologia material, uma realidade presente, imediata, um dado prático-sensível, arquitetônico. O urbano corresponde à morfologia social, uma realidade social composta de relações presentes e relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento. Nesse sentido, as relações entre cidade e urbano são estreitas, já que é impossível para a vida urbana dispensar uma base prático-sensível, que se constitui em produto e condição da dinâmica social.

Sobarzo (2006, p. 58), fazendo uma análise das afirmações de Lefebvre, considera que

numa analogia arriscada, poderíamos pensar no campo e no rural. O campo poderia ser entendido como a base prático-sensível e o rural, a realidade social, mas logo nossa analogia perde sentido porque o urbano não se restringe à parcela da sociedade que mora na cidade.

Nessa perspectiva, entendemos que o campo e a cidade não podem ser utilizados como sinônimos de rural e urbano, pois, apesar da dependência que se estabelece entre eles pelo fato de, teoricamente, o campo ser a base prática de manifestação do rural e, de forma semelhante, a cidade ser a base de manifestação do urbano, podemos incorrer em um erro ao realizarmos tal associação simplista. Dada a intensidade de relações que se estabelecem entre o campo e a cidade, percebemos que a realidade social manifestada e associada a cada espaço (rural e urbana) ultrapassa os limites de cada um, existindo uma influência mútua entre eles. O campo e o rural como sua realidade social, que nesse trabalho será considerada como o modo de vida, recebe influências da cidade e sua realidade social urbana, ao mesmo tempo em que influenciam esse espaço.

### **Definições normativas mundiais e brasileiras sobre o rural e o urbano**

A diferenciação e distinção entre rural e urbano se constituem um desafio em diversos países do mundo. Nessa perspectiva, tentaremos mostrar como ele é enfrentado em alguns desses países e, especificamente, no Brasil.

Ao analisarmos a definição do rural e do urbano no Brasil e procurarmos traçar algumas comparações com outros países, são identificadas algumas diferenças, principalmente em relação a critérios demográficos, os quais são comumente utilizados nessa definição. Abramovay nos mostra que

muitos países consideram rurais as localidades abaixo de *um certo patamar populacional*. Na Espanha, em Portugal, na Itália e na Grécia, são rurais os habitantes que vivem em assentamentos humanos que reúnem em habitações contíguas ao menos 10 mil habitantes — e que guardam uma certa distância dos centros metropolitanos, bem entendido. (BARTOLOMÉ apud ABRAMOVAY, 2000, p. 5, grifos do autor).

O autor prossegue, afirmando que

na França, são rurais as “comunas” com população inferior a 2 mil habitantes, critério estipulado ainda no século XIX. Vários países latino-americanos (Argentina, Bolívia, México, Venezuela, Honduras, Nicarágua, Panamá) adotam igualmente um limite populacional que varia entre mil e 2.500 habitantes na definição de população rural. (DIRVEN apud ABRAMOVAY, 2000, p. 5).

No Brasil, as situações urbana e rural são definidas pelo IBGE. O referido órgão considera que

segundo a localização do domicílio, a situação pode ser urbana ou rural, definida por lei municipal em vigor em 01º de agosto de 1996. Na situação urbana consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. (IBGE, 1996, não paginado).

Podemos perceber que a unidade básica de análise é a posição do domicílio no município. Esse, a partir da delimitação do perímetro urbano, é dividido em setor urbano e setor rural. Essa classificação é problemática, uma vez que, em áreas que são consideradas urbanas, os sujeitos que nela vivem podem possuir práticas tipicamente ligadas ao modo de vida rural ou mesmo o inverso. Veiga (2002) critica veementemente essa classificação e defende que sua utilização acaba por limitar o entendimento do processo de urbanização brasileiro. Sua obra “Cidades Imaginárias” traz algumas questões instigantes, como a de que “o Brasil é menos urbano do que se imagina”, já que a sede de um município, que é considerada cidade pelo IBGE, pode ter um número populacional bastante reduzido e possuir características estruturais e funcionais que não podem ser associadas ao urbano. Isso é constatado em suas próprias palavras

infelizmente, o entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra que é única no mundo. O país considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características estruturais ou funcionais. O caso extremo está no Rio Grande do Sul, onde a sede do município União da Serra é uma “cidade” na qual o Censo Demográfico de 2000 só encontrou 18 habitantes. (VEIGA, 2002, p. 15).

Para Veiga (2002), a norma vigente no país é simplificadora e atrapalha a compreensão do que seja o rural brasileiro. Como alternativa para superar o problema de se restringir a delimitação do rural e do urbano ao critério político-administrativo, o autor sugere a utilização de outro critério que possa ser associado ao tamanho populacional, qual seja, a densidade demográfica. Sua análise baseia-se no modelo da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), no qual, para a operacionalização da abordagem territorial, são utilizados parâmetros como indicadores demográficos. A dimensão político-administrativa é enfatizada em detrimento das dimensões simbólica, cultural e natural.

Para o autor, a densidade demográfica revela o índice de artificialização dos ecossistemas, ou seja, permite identificar as áreas de maior e menor pressão antrópica. Apesar de reconhecermos que essa análise da configuração territorial possa, a priori, evitar a ilusão imposta pela norma legal, ela não avança no sentido de se delimitar o que caracteriza o rural e o urbano, já que essas categorias envolvem dimensões muito mais amplas e complexas do que o simples critério numérico baseado na contagem populacional.

Nesse sentido, Carlos (2005) trava um intenso debate com o autor e critica esse critério, pois afirma que a densidade demográfica não pode ser confundida com o processo de urbanização, já que o conteúdo de tal processo vai muito além da delimitação entre os espaços urbano e rural. Em suas palavras

a simples delimitação espacial do que se acredita ser urbano ou rural nos diz muito pouco sobre os conteúdos do processo de urbanização brasileira, no momento atual. Em primeiro lugar porque não se confunde processo de urbanização com densidade demográfica. Nem tão pouco, cidade, com sede de município. (CARLOS, 2005, p. 2).

A autora afirma ainda que:

a nossa época se caracteriza pela constituição da sociedade urbana realizando-se num espaço mundial, articulado, mas profundamente hierarquizado, que não quer dizer que o campo deixe de existir, mas que ele articula agora num outro plano ao conjunto do território, com outras particularidades. (CARLOS, 2005, p. 4).

Assim, diante de tantas controvérsias que constituem enormes desafios aos pesquisadores dessa temática, a começar pela diferenciação entre práticas que sejam exclusivamente do mundo rural e do mundo urbano, emerge a necessidade de se definir o rural e o urbano por outro viés, que não o puramente demográfico, apesar do reconhecimento da praticidade na utilização desse critério. Sposito (2006) reconhece a

dificuldade relativa ao estabelecimento de novos parâmetros, por parte do IBGE, para a definição de urbano e rural. De forma semelhante, há um reconhecimento da limitação desses parâmetros.

Em suas palavras

parece-nos pouco eficaz e ingênuo supor que seria possível, a cada censo demográfico, estabelecer e multiplicar parâmetros capazes de apreender o que é urbano e apropriados para se aplicarem a um país marcado por elevado grau de diversidade regional, por grandes disparidades regionais e por ritmos de mudança e modernização igualmente diversos. (SPOSITO, 2006, p. 114).

Entendemos que abordar o fenômeno rural ou urbano por meio de uma redução a elementos e critérios numéricos não permite a apreensão da totalidade que marca os processos constituintes de tais fenômenos. Abramovay (2000) destaca os problemas encontrados nessa classificação, quais sejam: o privilégio dos interesses fiscais em relação aos demais; a consideração das sedes dos distritos como urbanas, mesmo apresentando um mínimo de equipamentos, casas e habitantes e a carência se tornar um critério de definição do rural.

Em relação aos problemas apontados pelo autor, podemos relacioná-los à vila do distrito de Amanhece, pois apesar do interesse da administração municipal em cobrar taxas e impostos urbanos (como o IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano), mesmo frente ao fato do distrito se localizar na área rural do município; da vila contar com equipamentos urbanos simples e de sua população ser contada como urbana pelo IBGE, percebemos que é problemático considerá-lo como urbano. Conforme mostraremos adiante, essa afirmação é justificada pelo fato de que, apesar dos moradores da sede distrital possuírem relações muito próximas com o distrito-sede, a proximidade dessa relação ocorre também com o rural, a qual é expressa nas relações de trabalho que se realizam, predominantemente no campo, e nas práticas, costumes, tradições, vivências, ou seja, no próprio modo de vida desses moradores.

Portanto, entendemos que mais importante do que restringirmos a nossa análise à classificação rural/urbana, limitando-nos a designar suas respectivas circunscrições territoriais, é a compreensão das relações que se estabelecem entre os sujeitos dessas espacialidades, procurando identificar os elementos presentes no espaço que se pretende analisar e que podem facilitar a análise. É necessário também considerar que toda realidade é dotada de uma dinamicidade, que pode tornar os conceitos ultrapassados e obsoletos. Assim, a apreensão do movimento da realidade em uma perspectiva histórica

deve ser prioritária em relação à definição estrita do que é rural e do que é urbano, uma vez que “o campo e a cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações”. (WILLIAMS, 1989, p. 387).

Diante das afirmações do referido autor, percebemos que se torna imprescindível considerarmos as inúmeras transformações socioespaciais que ocorreram tanto na cidade quanto no campo a partir da segunda metade do século XX, levando a uma ressignificação do rural e, em grau semelhante, do urbano. Essas transformações passaram a exigir um redimensionamento dos conceitos e definições atribuídos ao rural e ao urbano, que deve ser considerado e compreendido.

### **O redimensionamento dos conceitos de rural e urbano a partir da ressignificação das espacialidades (rural/urbana)**

As transformações socioespaciais manifestadas no campo e na cidade são advindas da internacionalização do capital que engendrou mudanças substanciais na economia brasileira, podendo-se destacar a maior integração socioeconômica entre as regiões do país. A diversificação dos serviços, impulsionada por uma infra-estrutura de transportes e comunicações mais moderna e dinâmica nas cidades e a modernização do campo, que mesmo não tendo ocorrido de forma homogênea, reestruturou-o, intensificaram os fluxos e as relações entre esses espaços. Tudo isso foi possibilitado pela maior presença da técnica e da ciência no processo produtivo e, conseqüentemente, nas relações socioespaciais, o que caracteriza o período técnico-científico-informacional, discutido por Santos (1993, p. 35):

[...] esse meio técnico-científico (melhor será chamá-lo de meio técnico-científico-informacional) é marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para sua realização. A informação, em todas as suas formas, é o motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar a sua circulação.

Desse modo, a significativa presença da ciência, da técnica e da informação no campo possibilitou sua reestruturação produtiva, marcada pela mecanização das atividades agrícolas e pelo surgimento de atividades não-agrícolas nas propriedades que conseguiram se inserir no processo da Revolução Verde<sup>3</sup> e implantar o pacote

tecnológico que a caracteriza, constituído por maquinários, insumos agrícolas e técnicas modernas de produção. Entretanto, uma considerável parcela de pequenos produtores que não conseguiram se inserir nesse processo de modernização, denominado por Graziano da Silva (1982) de “modernização dolorosa”, dado o seu caráter excludente, concentrador e contraditório, foi expropriada de suas propriedades. Essa expropriação levou muitos produtores a migrar em direção às cidades em busca de emprego e melhores condições de vida. Tal busca, não alcançada a contento, fez com que alguns desses antigos produtores rurais passassem a residir nas áreas periféricas das cidades, ambientalmente frágeis e com infra-estrutura precária ou mesmo ausente. Isso contribuiu para o aumento do desemprego, da desigualdade e da miséria social nas cidades, que passaram a enfrentar inúmeros problemas e, assim como o campo, tiveram seu papel e conteúdo redefinidos.

Podemos afirmar, assim, que houve uma resignificação nesses espaços, a qual exige uma revisão dos conceitos de rural e urbano, necessidade expressa nas palavras de Rua, que afirma: “essas resignificações têm influído nas representações que marcam o rural, sendo, por elas, também, afetadas provocando a necessária revisão conceitual de ‘rural’ e ‘urbano’ procurando incorporar as lógicas atuais que marcam o espaço, como um todo.” (RUA, 2005a, p. 48, grifos do autor.).

A resignificação do campo foi possibilitada pelas modernas técnicas de produção, que conferem uma maior eficiência à atividade agrícola, pois aumentam a escala de produção e, em contrapartida, reduzem o seu tempo, modificando a organização social, que passa a ser determinada pela racionalidade industrial e possibilita a maior presença de relações capitalistas no campo. O trabalho assalariado ou em parceria e a dedicação a atividades não-agrícolas como forma de complementação da renda familiar daqueles produtores que conseguiram permanecer em suas propriedades frente ao processo de modernização e expropriação levaram alguns autores a afirmar que um novo rural emerge, fruto da lógica capitalista e integrado às mudanças socioeconômicas globais.

Esse “novo rural”, discutido por Graziano da Silva (1999) caracteriza-se pela presença de atividades ligadas à prática do turismo rural, como hotéis-fazenda, pesque-pague, pousadas, casas de segunda residência, dentre outras. Na verdade, são características que já eram pertinentes às práticas rurais, mas que assumiram uma nova dimensão analítica acerca das atividades rurais. Nessa perspectiva, apesar da

predominância da visão produtivista associada ao mundo rural, este ganhou novas imagens e novos sentidos, já que há uma revalorização desse espaço, integrada à revalorização da natureza por parte dos cidadãos. Destarte, novas relações se estabelecem entre a cidade e o campo, marcadas por uma intensidade e complexidade que não mais permitem associar o rural apenas ao agrícola nem mesmo considerar a integração entre o rural e o urbano como condicionante à homogeneização desses espaços, irradiada e dominada a partir da cidade. Contrapondo a idéia de que esse “novo rural” expressa a inexorável urbanização do campo, devemos considerar que, apesar das mútuas relações estabelecidas entre o rural e o urbano, as especificidades são preservadas, o que é corroborado nas palavras de Rua (2006, p. 85-86):

as mudanças no modelo produtivo e organizacional no campo compõem transformações mais amplas na sociedade brasileira (por sua vez integradas a alterações sentidas em escala global) que marcam as últimas duas décadas. Define-se uma lógica capitalista em que novas representações do espaço emergem e vão ser difundidas como “um novo rural”. Na verdade são novas imagens, novos sentidos para o espaço rural que mantêm a visão produtivista, até agora dominante, mas que se traduzem em novos qualificativos para outras relações entre o espaço urbano e o rural e entre a cidade e o campo. Estas novas relações remetem para uma outra conceituação de urbano e rural, mas também de agrícola. Rural torna-se, cada vez mais, diferente de agrícola. Ao mesmo tempo, distingue-se cidade e urbano explicitando a crescente complexidade que marca tais relações. Rural e urbano integram-se mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades.

A presença cada vez maior de habitantes do campo na cidade e de cidadãos no campo intensifica e dá outro sentido à relação urbano-rural, já que aumenta o grau de dependência entre esses espaços. Essa mudança observada na relação é resultante das transformações geradas pelo capitalismo, que, de acordo com Marques (2002, p. 103), “[...] é o agente mais eficiente e poderoso de transformação da natureza e do social e as transformações nas relações entre cidade e campo constituem um dos fundamentos deste modo de produção”. A maior integração entre cidade e campo realizada pelo capitalismo não leva, necessariamente, a uma homogeneização espacial e social, a qual caracteriza um *continuum*, idéia defendida por muitos autores. Tampouco, essa integração já não mais permite a utilização de uma visão dicotômica na análise do campo e da cidade. Assim, consideramos, nesse momento do trabalho, ser necessário apresentarmos as diferentes correntes de pensamento existentes na abordagem do rural e do urbano.

### **As diferentes correntes de pensamento existentes no Brasil na abordagem sobre o rural e o urbano**

As transformações socioespaciais ligadas à reprodução do capital provocaram e continuam provocando, com menor intensidade, mudanças substanciais no campo e na cidade e, conseqüentemente, em suas relações. Tais mudanças exigem a superação das visões tradicionalmente associadas a esses espaços, que ora são reconhecidos pela oposição e distinção, de maneira dicotômica, ora são relacionados a uma subordinação, na qual a cidade avança pelo campo, suprimindo suas especificidades e homogeneizando-o, sendo essa homogeneização marcada pela contigüidade espacial e também social que constituiria um *continuum* rural-urbano. Reconhecemos, portanto, a importância de uma sucinta discussão, dada a amplitude do assunto, acerca das diferentes linhas de pensamento existentes na abordagem sobre o rural e o urbano.

A sociologia rural norte-americana pode ser considerada pioneira na proposição de estudos acadêmicos em que o rural é assumido como objeto científico de análise. Assim, as correntes de pensamento do início do século XX que tinham como preocupação o entendimento do rural e suas especificidades, o que constituía um desafio, foram elaboradas, inicialmente, nos Estados Unidos, sendo posteriormente difundidas para outros países do mundo, inclusive o Brasil.

A sistematização das primeiras reflexões que surgem sobre o rural e o urbano evidencia a predominância da visão em que essas realidades são assumidas como específicas e opostas. O embasamento teórico dessa visão é encontrado nos estudos de Ferdinand Tönnies, que tem nas diferenças entre comunidade e sociedade seu objeto de pesquisa. Ao rural foi atribuído um antagonismo e uma dualidade que o diferenciava do urbano, constituindo, assim, a corrente dicotômica. Nessa corrente, há uma delimitação rígida entre o par rural-urbano, a qual passou a ser questionada por estudos que procuraram avançar na interpretação do rural. A corrente da teoria do *continuum* rural-urbano resulta desse questionamento e foi proposta por Sorokin e Zimmerman (1920-1930) e, mais tarde, também foi debatida por Redfield (1947). Nesta corrente, a polarização antagônica, ou seja, a diferenciação entre o rural e o urbano é negada para dar lugar a uma idéia de homogeneização, marcada por um gradiente de variações

espaciais em uma espécie de estágio gradativo, passando da realidade rural para a urbana. Essa consideração é decorrente da intensa interação que essas espacialidades passaram a estabelecer a partir da manifestação das transformações socioespaciais advindas da reprodução do capital (BLUME, 2004).

O estudo da temática do rural e da ruralidade no Brasil recebeu fortes influências dessas duas correntes de pensamento elaboradas pela sociologia norte-americana. Todavia, dada a limitação de ambas, um novo posicionamento analítico emerge, constituindo-se, assim, uma alternativa metodológica aos estudos referentes ao rural. Nesse sentido, podem-se sintetizar três posições na abordagem do rural, que neste trabalho serão consideradas como correntes de pensamento. Marques (2002) deixa clara a diferença entre as duas correntes de pensamento que receberam forte influência da sociologia norte-americana.

De uma maneira geral, as definições elaboradas sobre o campo e a cidade podem ser relacionadas a duas grandes abordagens: a *dicotômica* e a de *continuum*. Na primeira, o campo é pensado como meio social distinto que se opõe a cidade. Ou seja, a ênfase recai sobre as diferenças existentes entre os espaços. Na segunda, defende-se que o avanço do processo de urbanização é responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo também o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana. (MARQUES, 2000, p.100, grifos da autora).

É necessário deixar claro que consideramos ambas as abordagens problemáticas e limitadas, pois entendemos que elas são pautadas em uma visão que não consegue abarcar a realidade e a complexidade que marcam o campo, a cidade e suas relações no atual período técnico, sendo necessárias novas perspectivas de estudo, já apontadas por alguns autores. Refutando a visão dicotômica, consideramos que esses espaços não são completamente distintos e opostos e que o rural e o urbano não podem ser entendidos separadamente. A principal implicação teórica que poderia ser apontada como decorrente da abordagem dicotômica e que constitui um problema é a tradição em se estudar o rural a partir da identificação das diferenças em relação ao urbano. Esse último é considerado como o modelo ideal para o rural, que figura como o espaço subalterno e residual. Os adjetivos comumente associados ao rural, como atrasado, tradicional, agrícola, rústico, selvagem, resistente a mudanças, dentre outros, representam um legado dessa forma de abordagem do rural, que é considerado, invariavelmente, como um espaço mistificado e idílico.

É necessário considerar que as relações estabelecidas entre o campo e a cidade são estreitas e permitem a presença de elementos urbanos no campo e rurais na cidade, no entanto, sem a destruição das especificidades de cada espacialidade. Assim, o rural não pode ser reduzido ao significado de agrícola e arcaico, pois o processo de modernização possibilitou a presença de indicadores urbanos no campo, como as indústrias que constituem os modernos e diversificados complexos agroindustriais. De forma semelhante, o urbano não pode ser sinônimo de industrial e moderno, pois incorpora atividades e práticas comumente associadas ao mundo rural, uma vez que abriga uma considerável parcela de residentes provenientes do processo de modernização e expropriação do campo. Nesse sentido, concordamos com Alentejano (2003, p. 31) quando aponta a necessidade de desmistificação dessas tradicionais associações:

[...] a primeira tarefa no sentido de utilizar o par rural-urbano como elemento de interpretação da realidade é a de desmistificar as associações tradicionalmente feitas entre rural e agrícola, natural e atrasado e urbano como sinônimo de moderno, industrial e artificial.

A intensidade das relações entre a cidade e o campo e o conseqüente fim do isolamento entre esses espaços, com a significativa presença da cidade e de elementos urbanos no campo levou alguns autores a acreditarem na inexorabilidade do processo de urbanização, que poderia levar à destruição do mundo rural e de suas especificidades. Em uma visão urbanocêntrica, o urbano dominaria completamente o rural, tornando-o um espaço subordinado e residual. As fronteiras existentes entre o campo e a cidade seriam suprimidas, constituindo um *continuum*, marcado pela homogeneização desses espaços. Essa homogeneização seria resultante do processo de expansão da racionalidade urbana sobre o campo que levaria à sua dissolução, transformando as condições de vida e aproximando-as ou mesmo igualando-as àquelas que são praticadas na cidade. É necessário enfatizar que o conceito de *continuum* foi utilizado pela primeira vez pelo antropólogo norte-americano Robert Redfield (1947). Ao realizar estudos em grupos específicos no México em meados da década de 1930, ele considerou que, com o aumento da complexidade dos grupos sociais, esse *continuum* caminharia para o urbano. (BLUME, 2004).

No Brasil, a vertente do *continuum* é compartilhada por alguns autores, que conforme Rua (2005a), defendem a idéia de “urbanização do rural”. O autor destaca como principais representantes dessa corrente de pensamento Milton Santos, Octávio

Ianni e José Graziano da Silva. Esse último, conforme já apontado, promove o debate do “novo rural” brasileiro como forma de justificar a perspectiva do *continuum*, já que considera a urbanização do campo como um processo dotado de iminência e irreversibilidade, as quais suprimirão as especificidades do rural. Em uma perspectiva de “rurbanização”, considera que a total transformação do universo rural é somente uma questão de tempo, já que a generalização das características do mundo urbano contribuirá para que o tradicional possa ceder lugar ao “novo”. Lefebvre (1999), mostrando-se favorável a essa corrente, afirma que

o tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano” não designam de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto de manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano. (1999, p. 17).

As afirmações de Ianni comprovam que ele compartilha dessa idéia, pois considera que

[...] faz tempo que a cidade não só venceu como absorveu o campo, o agrário, a sociedade rural. Acabou a contradição cidade e campo, à medida que o modo de vida urbano, a sociabilidade burguesa, a cultura do capitalismo, o capitalismo como processo civilizatório invadem, recobrem, absorvem e recriam o campo com outros significados. (IANNI, 1996, p. 60).

Indubitavelmente, a reprodução do capitalismo possibilitou a maior presença da cidade no campo, porém, devemos considerar que essa reprodução é combinada e desigual. Em uma reflexão bem simples, podemos considerar que, contraditoriamente, ao capital interessou encontrar um novo espaço de reprodução, ou seja, o campo. Porém, as particularidades desse espaço precisam ser mantidas, uma vez que, para o capital continuar a se reproduzir na cidade necessita de elementos peculiares do campo, que, apesar das inúmeras transformações, continua a ser o principal fornecedor de produtos alimentícios que abastecem a população das cidades. Na mesma perspectiva, isso é considerado nas reflexões de Bagli (2006, p. 82):

embora transformações apontem aparentemente para a homogeneização dos espaços, em virtude da difusão de características comuns, a intensificação das relações se estabelece justamente pela manutenção das peculiaridades. Os espaços ampliam suas inter-relações, porque as diferenças existentes em cada um deles favorecem a busca pelo outro como tentativa de suprimir possíveis ausências.

Nesse sentido, alguns autores apontam os problemas advindos da análise a partir da corrente do *continuum* e ressaltam a necessidade de se encarar as transformações socioespaciais no espaço rural, como a presença de equipamentos urbanos (lojas,

supermercados, bancos, dentre outros) sob um outro prisma que não seja a habitual associação do desenvolvimento rural ao processo de urbanização. O acesso à infraestrutura urbana, como energia elétrica, água encanada, rede de esgoto, pavimentação e telefonia e aos meios de comunicação, como televisão e rádio, dentre outros, por parte dos residentes do campo representam um direito aos bens e serviços da sociedade urbano-industrial, já que seu uso representa uma facilidade na vida de qualquer pessoa. Assim, é comum que todos queiram ter acesso a esses benefícios, que não podem ser analisados simplesmente como sinônimo do processo de “urbanização do campo”, pois a presença ou ausência de infra-estrutura em determinado espaço não pode representar um condicionante para a sua classificação em rural e urbano. Os aspectos envolvidos no reconhecimento dessas categorias são ultrapassados pela mera aparência. Abramovay (2000) discute essa questão, fazendo a ressalva de que

é preciso definir o meio rural de maneira a levar em conta tanto a sua especificidade (isto é, sem encarar seu desenvolvimento como sinônimo de “urbanização”), como os fatores que determinam sua dinâmica (isto é, sua relação com as cidades). Os impactos políticos da resposta a esta pergunta teórica e metodológica são óbvios: se o meio rural for apenas a expressão, sempre minguada, do que vai restando das concentrações urbanas, ele se credencia, no máximo, a receber políticas sociais que compensem sua inevitável decadência e pobreza. Se, ao contrário, as regiões rurais tiverem a capacidade de preencher funções necessárias a seus próprios habitantes e também às cidades – mas que estas próprias não podem produzir – então a noção de *desenvolvimento* poderá ser aplicada ao meio rural. (2000, p. 3, grifo do autor).

É necessário observar que essa visão dos autores que consideram o desenvolvimento rural como sinônimo do processo de “urbanização do campo”, utilizando-a para justificar a corrente do *continuum* rural-urbano, pode ser dividida em duas vertentes analíticas principais, conforme nos aponta Rua (2005a). O autor esclarece que a primeira vertente corresponde a uma visão “urbano-centrada”, na qual o pólo urbano do *continuum* é privilegiado e representa a fonte de progresso e dos valores dominantes que são impostos à sociedade. Já o pólo rural é visto como atrasado, apresentando a tendência de redução e desaparecimento frente à avassaladora influência do pólo urbano. Os autores que podem ser reunidos nessa primeira vertente já foram citados anteriormente.

De forma contrária, a segunda vertente considera que a aproximação e a integração entre os dois pólos são resultantes do *continuum* rural-urbano. A perspectiva é de que, apesar das semelhanças entre os dois extremos e a continuidade entre o rural e

o urbano serem ressaltadas nessa abordagem, considera-se que as particularidades, tanto do campo quanto da cidade, não são destruídas na relação que estabelecem e não representam, portanto, o fim do rural. O *continuum* se delinea entre o pólo urbano e o pólo rural, que apresentam distinções, as quais intensificam o processo constante de mudança que ocorre nas relações que são estabelecidas entre eles. Como adeptos dessa abordagem que enfatiza o rural, por meio da idéia de “novas ruralidades”, podemos destacar os estudos de Maria José Carneiro, Roberto José Moreira, José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay, Sérgio Schneider e Maria de Nazareth Baudel Wanderley (RUA, 2005a). Nas palavras de Rua (2005a), há uma reflexão das dinâmicas sociais manifestadas no campo, tais como a pluriatividade e a reemergência de sociabilidades e identidades tidas como rurais, as quais representam uma forma de questionamento da idéia de supressão do rural<sup>4</sup> que, por meio dessas dinâmicas, não sucumbe às inúmeras influências e pressões do universo urbano. Contrapondo a idéia de “urbanização do campo” a partir da expansão da racionalidade urbana sobre esse espaço, esses autores acreditam que a presença de elementos e práticas urbanas no universo rural é apenas uma manifestação do processo de globalização, que contribui para uma maior integração entre o campo e a cidade e, conseqüentemente, para a disseminação do processo de “urbanização no campo”. Todavia, esse processo não destrói as condições de vida peculiares do mundo rural. Nas palavras de Carneiro (1997), podemos comprovar tal afirmação:

ainda que os efeitos da expansão da ‘racionalidade urbana’ sobre o campo, provocada pela generalização da lógica do processo de trabalho e da produção capitalista intensificados pelos mecanismos da globalização, não possam de forma alguma, ser tratados com negligência, é precipitado concluir que tal processo resultaria na dissolução do agrário, e na tendência à transformação uniformizadora das condições da vida no campo. (1997, p. 1, grifo da autora).

A partir das palavras da autora, podemos perceber que a maior integração e aproximação entre o rural e o urbano não leva a uma homogeneização e irreversível descaracterização das identidades socioculturais dos indivíduos que vivem no mundo rural. De forma contrária, essa aproximação contribui para realçar as especificidades do rural, uma vez que há uma reestruturação das identidades e um conseqüente fortalecimento da ruralidade.

Assim, acreditamos que essa forma de abordagem na qual a autora se insere contribui para um melhor entendimento da relação urbano-rural, uma vez que é

ressaltada a necessidade de se estudar essas duas espacialidades a partir da consideração de que as especificidades do campo e da cidade são mantidas, mesmo frente à intensidade das relações estabelecidas entre eles. É importante considerar que essas relações são resultados de um conjunto de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais advindas do processo de globalização que modifica o espaço urbano e o rural. Entretanto, considerar rural e urbano como opostos ou homogêneos, pautados na abordagem dicotômica ou na primeira vertente da corrente do *continuum* (urbanização do campo), respectivamente, é problemático. Tal afirmação justifica-se pelo fato de que não se pode negar que o espaço rural recebe influências do meio urbano, mas é imprescindível reconhecer que, em sua relação com o urbano, ele mantém suas características, suas identidades e territorialidades.

Nessa perspectiva, o reconhecimento do rural deve basear-se na concepção de que ele não pode ser definido por oposição, mas em sua relação com as cidades, devendo-se atentar sempre para a manutenção de suas especificidades. Porém, devemos considerar que a ênfase no rural, realizada pelos autores dessa segunda vertente analítica, não pode ser exagerada, pois a dominância do urbano na relação assimétrica estabelecida entre este e o rural não deve ser negligenciada. A presença cada vez maior do urbano no campo e deste no universo urbano leva-nos ao necessário reconhecimento das particularidades e singularidades de cada espacialidade. A ênfase às particularidades e singularidades que marcam tanto o rural quanto o urbano é realizada nos estudos de Rua (2006), ao tentar uma visão mais integradora a partir de uma abordagem mais territorial, ou seja, a partir das territorialidades em que o urbano e o rural se mesclam. Para o autor, a significativa interação estabelecida entre rural e urbano possibilita a presença de “urbanidades” no campo, não podendo ser interpretadas apenas como “novas ruralidades”, mas sim, como a presença do urbano no campo, sem que as marcas de cada espacialidade sejam perdidas.

A idéia da abordagem da relação cidade-campo a partir das territorialidades advém do reconhecimento de que os atores sociais presentes nesses dois espaços vivenciam e produzem múltiplas territorialidades por meio das diferentes escalas de ação (local/regional/global). No mundo globalizado, as fronteiras entre o rural e o urbano são cada vez mais tênues, dada a intensidade das relações que se estabelecem entre eles, podendo os sujeitos sociais interagir não apenas com a escala local, mas também com a

escala regional e até mesmo global. Essa mobilidade e transitoriedade pelas diferentes escalas de ação são possibilitadas pelo processo de globalização, que integra os diversos lugares do planeta, mesmo aqueles mais distantes. É necessário ressaltar também que as diferentes escalaridades nas formas de ação marcam o surgimento de espaços dotados de uma hibridez e inovação, resultantes da interação entre o urbano e o rural. O espaço híbrido que resulta dessas interações não é um urbano ruralizado nem um rural urbanizado. Esse novo espaço, ainda por definir, constitui um desafio aos estudiosos da relação cidade-campo.

O conceito de espaço híbrido, utilizado pela primeira vez por Bruno Latour e apropriado por Rua (2006), é uma referência às relações estabelecidas entre a sociedade e a natureza. Essa apropriação de Rua é justificada por meio de uma recorrência a Santos (1996), que, apesar de poder ser incluído na corrente do *continuum*, define o espaço como um híbrido e afirma que “a sua existência geográfica (dos objetos) é dada pelas relações sociais a que o objeto se subordina, e que determinam as relações técnicas ou de vizinhança mantidas com outros objetos” (SANTOS, 1996, p. 82). Para esse autor, a noção de forma-conteúdo figura como um correlato dessa idéia de mistos ou híbridos. Nesse sentido, podemos realizar uma revisão conceitual do rural e de sua inerente multiplicidade nos dias atuais. Devemos, assim, considerá-lo como uma variedade de híbridos, que não mais permite a percepção da distinção pura entre o rural e o urbano, se é que essa “pureza” de distinção algum dia existiu.

Essa idéia de hibridação é também considerada por Haesbaert (2001, p. 1.770), que afirma: “o mais comum é que as pessoas e os grupos sociais desenvolvam, concomitantemente, vínculos identitários com mais de um território ou com territórios de características muito mais híbridas, multiterritorializando-se”.

A partir das idéias do autor, podemos direcionar a análise para os habitantes do campo, que apesar de estabelecerem uma relação de pertencimento e de vínculo identitário com o rural, também estabelecem relações com a cidade e podem ser “seduzidos” por elementos provenientes desta. Pode ser citado como exemplo, dentre os diversos existentes, o modo de se vestir, que atinge especialmente os mais jovens, os quais procuram seguir as tendências da moda predominantes na cidade.

Nesse sentido, Rúa sugere a idéia de “urbanidades no rural”, ressaltando a necessidade de se atentar para a preservação das especificidades do rural. Isso é melhor compreendido em suas palavras, ao afirmar que

a interação dessas duas escalas é que vai definir a qualidade de tal criação – um rural transformado como querem os autores dessa segunda vertente analítica, mas dando lugar a uma territorialidade nova (nem rural nem urbana) que ainda deve ser definida. Propomos a idéia de “urbanidades no rural” compreendendo que as especificidades do rural devem ser preservadas, inclusive como base para ações políticas necessárias – uma reforma agrária diversificada, capaz de contemplar a imensa diversidade de situações oriundas da hibridez que marca as áreas rurais de hoje – e que essa idéia pode auxiliar na análise das múltiplas territorialidades criadas por esse caráter híbrido que o espaço adquire. (RUA, 2005a, p. 42).

Essa hibridez do espaço e, conseqüentemente, do território, deve ser reconhecida, uma vez que os habitantes do meio rural podem estabelecer relações não apenas com os espaços urbanos adjacentes, mas também com aqueles mais longínquos. Isso leva-nos a reconhecer e reiterar a mobilidade do espaço proporcionada pela fluidez do capital, que permite a uma parcela reduzida da população rural vivenciar diferentes territorialidades. Em contrapartida, impossibilita a maioria dessa mesma população de experimentá-las, em um processo de desigualização, conforme nos aponta o mesmo autor:

é aí que se percebe o caráter híbrido do território. Um rural que interage com o urbano, sem deixar de ser rural; transformado, não extinto. A hibridez permanente evidencia a ‘criação local’, isto é, a capacidade dos atores locais de, influenciados pelo externo, de escala mais ampla, desenvolverem leituras particulares dessa influência e produzirem territorialidades particulares. Essas territorialidades, diferenciadamente vividas, podem traduzir-se em múltiplas territorialidades para alguns, e reduzida capacidade de experimentá-las, para a maioria, tornando-se, assim, mais um elemento desigualizador. (RUA, 2005a, p. 58).

Podemos perceber, portanto, que essa prática em vivenciar diferentes territorialidades não está imune às contradições que marcam o processo de reprodução do capital. O mesmo autor resalta a transformação do rural a partir de sua interação com o urbano, o que não significa sua necessária descaracterização e extinção. A intensidade dessa interação revela a necessidade em se pensar o urbano e o rural desvinculado da idéia, ainda predominante, de considerá-los como pólos opostos. A desvinculação possibilita ao pesquisador entender a singularidade do espaço e, conseqüentemente, a relação do local com o global, o que também é discutido pelo autor:

[...] não se pode pensar o urbano e o rural, o local e o global, como polaridades, mas como interações assimétricas que não devem silenciar as intensas disputas socioespaciais que obrigam a permanentes reconfigurações

das escalas de ação. O território “urbanizado”, numa escala mais ampla, em geral, está relacionado a espaços de dominação que impõem suas representações. Na escala local, essas representações também se fazem presentes nas relações assimétricas que aí, também, vigoram. Entretanto, é aí, que se processam os movimentos de resistência e de criação de alternativas e/ou estratégias de sobrevivência que podem se manifestar como releituras daqueles movimentos mais gerais que marcam o espaço contemporâneo. O local e o geral/global aparecem integrados pelas escalas da ação. (RUA, 2005b, p. 31).

Assim, o entendimento do rural e de sua relação com as cidades a partir da idéia de hibridez representa uma alternativa na busca da identidade do rural contemporâneo. Conforme afirma Rua (2005a), essa identidade pode ser apreendida a partir da consideração de uma série de “mistos”, já que o rural de hoje não é mais o rural “pleno” de algumas décadas atrás. A incorporação de “urbanidades”, aqui entendidas como a manifestação de elementos urbanos no campo, produz uma interação que dá lugar a territorialidades ímpares, que restam ser definidas e, o mais importante, ser compreendidas.

É necessário deixar claro que, ao se reconhecer a expansão do processo de urbanização nas áreas rurais, é necessário considerar que isso não representa apenas a dimensão física do processo, ou seja, a expansão da área construída. Dessa forma, há a necessidade em se incorporar as dimensões ideológica e cultural, em uma visão de urbanização que leve em conta que

valores, atitudes e padrões de comportamento são modificados, principalmente, a partir das cidades, e espalham-se pelo território num movimento, simultaneamente, extensivo e intensivo como uma nova fronteira para o capitalismo onde se combinam, desigualmente, em cada localidade, o rural e o urbano. (RUA, 2001b, p. 52).

Indubitavelmente, o urbano está presente nas práticas sociais dos residentes do campo, da mesma forma que o rural também se faz presente no cotidiano dos cidadãos, havendo, como aponta o autor, a combinação desigual do rural e do urbano em cada localidade. Todavia, isso não permite afirmar que há uma dominância da racionalidade urbana. Apesar do reconhecimento da polarização exercida pela cidade, que concentra poder político, capital, pessoas e informações e que projeta um modo de viver, pensar e agir urbano, ela não consegue suprimir as práticas culturais ligadas ao modo de vida rural, como as relações de proximidade, vizinhança e socialização, discutidas por Santos (1996). Em seu dizer, constatamos que

a ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao mundo segundo os modos de sua própria

racionalidade [...]. A ordem global funda as escalas superiores ou externas à escala do cotidiano. Seus parâmetros são a razão técnica e operacional, o cálculo de função, a linguagem matemática. A ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção a cooperação e a socialização com base na contigüidade. (1996, p. 272).

A partir da análise das idéias do autor, podemos perceber que, apesar do processo de globalização impor uma ordem e lógica dominantes, ele não consegue produzir uma homogeneização dos espaços, pois há resistências por parte dos sujeitos sociais. Esses procuram adotar estratégias de sobrevivência na ordem capitalista que se instaura em todos os lugares, as quais significam, muitas vezes, a luta pela permanência no campo. Devemos considerar que há também um sentimento de pertencimento à terra por parte desses habitantes rurais. Rúa esclarece melhor essa questão, ao afirmar que

se há um movimento de unificação urbano-rural pela lógica capitalista, como acreditamos, com um certo sentido de equalização do espaço, há, por outro lado, muitas manifestações de resistência a essa equalização pretensamente homogeneizadora, que se traduzem por estratégias de sobrevivência das famílias rurais, principalmente daquelas mais pobres e/ou empobrecidas no movimento de integração acima referido, quando buscam manter ou (re)construir suas identidades territoriais. Isto nos coloca frente a um complexo processo de heterogeneização do espaço, integrada à lógica desigualizadora do desenvolvimento do capitalismo, na qual interagem dimensões econômicas, políticas, culturais e simbólicas. (RUA, 2006, p. 88).

Nesse sentido, devemos reconhecer que, apesar das relações estabelecidas entre o rural e o urbano, a intensidade e proximidade que marcam essas relações, proporcionadas pela ordem capitalista global, não levam a uma necessária homogeneização desses espaços, na qual o rural é descaracterizado e destruído pelo urbano. As características comuns que, inegavelmente, existem entre essas duas espacialidades não significam a constituição de realidades semelhantes, como acreditam os autores da abordagem pautada na idéia de *continuum*. As diferenças existem e continuarão a existir, já que tanto o rural quanto o urbano possuem suas especificidades. Todavia, essas diferenças não podem ser utilizadas como um instrumento de dicotomização, pois as realidades rural e urbana encontram-se cada vez mais próximas.

Portanto, acreditar que essas realidades estão distantes e opostas é tão arriscado quanto pensar que o urbano eliminou ou está por eliminar o rural. O processo de globalização integrou o campo e a cidade e, conseqüentemente, o rural e o urbano, trazendo um desafio aos pesquisadores que estudam a temática que aborda a relação entre eles. Tal desafio consiste na tentativa de compreensão do processo de “criação de

novas identidades territoriais”, que não podem ser interpretadas apenas como a manifestação de um “novo rural”, mas sim como novas territorialidades dotadas de um hibridismo que mescla o urbano e o rural e que permite a identificação de novas geografias.

### **Considerações Finais**

A delimitação do que seja o rural e o urbano é importante, porém emerge a necessidade de compreensão dessas realidades a partir das relações que estabelecem, procurando identificar as especificidades de cada uma. Nesse sentido, é necessário problematizar as noções de área urbana e área rural, pois de acordo com Carneiro (2001), a idéia de localidade não é a mais importante para o entendimento da relação cidade-campo, mas sim as relações existentes entre esses espaços. Afinal, é a partir da análise das dimensões social, econômica, política e cultural que o geógrafo e a Geografia poderão entender melhor as identidades, os territórios e as territorialidades existentes entre o urbano e o rural, entre a cidade e o campo.

Não se pode negar a dimensão que o urbano tomou atualmente (2008), colocando o rural em uma certa posição de subordinação, a qual não pode ser remetida à idéia de descaracterização e destruição, já que a intensificação da relação urbano-rural é acompanhada por uma reemergência das identidades rurais.

Mesmo tendo influências do modo de vida urbano, devido à estreita relação com os cidadãos, os habitantes do meio rural procuram manter a tradição, o que poderia ser visto como uma forma de resistência à homogeneização de valores e práticas sociais, propiciados de certa forma, pelo fenômeno da globalização e pela reprodução capitalista. Nesse contexto, devemos sempre levar em consideração que o local está interligado ao global, porém, apesar da inexorabilidade da redefinição e reestruturação do campo, não houve uma dissolução das identidades locais ligadas ao modo de vida rural.

Nessa perspectiva, a interdependência e complementaridade que estão presentes na relação em que campo e cidade, rural e urbano estabelecem precisam ser levadas em consideração pelos estudiosos da temática, independente se eles possuem uma

abordagem mais voltada ao urbano ou ao rural. É importante reiterar que a lógica da distinção entre esses espaços e essas espacialidades deve ser reconhecida, porém, necessita ser acompanhada pela percepção da contigüidade que é sobreposta às diferenças existentes. Tal contigüidade resulta da articulação e interação entre o que é rural e o que é urbano e não pode ser interpretada como a sobreposição do urbano em relação ao rural. Há uma coexistência e não sobreposição entre essas duas realidades e formas de organização, já que elas se fundem sem levar a uma homogeneização que destrói as particularidades concernentes a cada uma.

## Notas

<sup>1</sup> O presente artigo é parte das análises realizadas na monografia intitulada “Quando o urbano e o rural se inter cruzam: discussões acerca da relação cidade-campo no distrito de Amanhece/Araguari (MG)”, orientada pela Profª. Drª. Beatriz Ribeiro Soares e defendida no Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, em junho/2008.

<sup>2</sup> É importante deixar claro que utilizaremos as expressões *relação cidade-campo* e *relação urbano-rural* como respectivos sinônimos de *relação campo-cidade* e *relação rural-urbano* e isso se justifica pelo fato de que alguns autores utilizam as primeiras expressões, enquanto outros as segundas. Não obstante essa diferença nas composições, percebemos, a partir das leituras realizadas, que as expressões possuem os mesmos significados. Assim, utilizaremos as expressões *relação cidade-campo* e *relação urbano-rural* por uma postura metodológica e por optarmos em privilegiar uma visão de análise que é a influência da cidade sobre o campo, destacando a visão da Geografia Urbana sobre o campo. Isso se justifica pelo fato de que se percebe uma falta de análises acerca dessa temática, a relação cidade-campo, por parte de pesquisadores da Geografia Urbana, já que a maior parte dos trabalhos produzidos é realizada por pesquisadores da Geografia Agrária/Geografia Rural, Sociologia, entre outros.

<sup>3</sup> Para saber mais sobre o assunto, confira: BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.

<sup>4</sup> Na perspectiva de se orientar a análise para os agentes do processo e não exclusivamente para o espaço, é importante esclarecer que não é o rural que resiste a essa influência do urbano, pois não é dotado de vida própria. Essa resistência é observada entre os sujeitos sociais que, a partir de suas relações, constituem a espacialidade rural.

## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Texto para Discussão 702. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 1-37.

ALENTEJANO, Paulo R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 21, p. 25-39, ano 18, jul./dez. 2003.

BAGLI, Priscila. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M (org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 81-109.

BLUME, Roni. **Território e ruralidade**: a desmistificação do fim do rural. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS/Porto Alegre, 2004.

CARLOS, Ana Fani A. **Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula?”**. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/geousp/geo>>. Acesso em: mar. 2008.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidades: novas identidades em construção. In: REUNIÃO ANUAL DA SOBER, 35., 1997, Natal. **Anais...** Natal: SOBER. 1997. p. 1-12. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade. In: SEMINÁRIO SOBRE O RURAL BRASILEIRO, 2., 2001, Campinas. **Anais...** Campinas: NEA/IE/UNICAMP, 2001. p. 1-16. 1 CD-ROM.

ENDLICH, Ângela M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M (org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 11-31.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192 p.

\_\_\_\_\_. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: UNICAMP/IE, 1999. 151 p.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. 9., 2001. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001, p. 1769-1777. **Anais...** 1 CD-ROM.

IANNI, Octavio. O mundo agrário. In: \_\_\_\_\_. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 37-57.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contagem populacional**: 1996. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: mar. 2008.

LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política**: el derecho a la ciudad II. Barcelona: Península, 1976.

\_\_\_\_\_. **De lo rural a lo urbano**. 3. ed. Barcelona: Península, 1978.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991. 145 p.

\_\_\_\_\_. **A cidade do capital**. Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. 180 p.

- MARQUES, Marta I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, n. 19, p. 95-112. 2002.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 119 p.
- MOREIRA, Roberto J. Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 113-143, abr. 2003.
- RUA, João. Urbanização em áreas rurais no estado do Rio de Janeiro. In: MARAFON, Gláucio J.; RIBEIRO, Marta F. (org.). **Estudos de geografia fluminense**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001b. p. 43-69.
- \_\_\_\_\_. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, n. 2, p. 45-66, 2005a.
- \_\_\_\_\_. Urbanidades no rural: em um trecho da região serrana fluminense - a rodovia Teresópolis-Nova Friburgo. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 1., 2005b, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: NEGEF/UERJ, 2005b. p. 1-50. 1 CD-ROM.
- \_\_\_\_\_. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br>>. Acesso em: mar. 2008.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993. 157 p.
- \_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996. 308 p.
- SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia**. Fortaleza, Ceará, nov. 2003, p. 16-19.
- SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M (org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 53-64.
- SPOSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M (org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111-130.
- VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002. 301 p.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **Urbanização e ruralidade**. Relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em

Pernambuco. Recife, 2001. Disponível em: <<http://www.ipece.com.br/manabawa>>. Acesso em: mar. 2008.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade:** na história e na literatura. São Paulo: Cia das Letras, 1989. 439 p. (não consta o tradutor).